



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA

EM 30 DE JUNHO DE 2021

ATA DE REUNIÃO Nº 276

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, mediante prévia convocação dos Conselheiros, na forma das disposições estatutárias em vigor, reuniu-se, às 10:00 horas, por videoconferência, o Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais–CPRM, em sua ducentésima septuagésima sexta reunião, a qual foi presidida pelo Presidente do Conselho, Alexandre Vidigal de Oliveira, e contou com a presença da Conselheira Lilia Mascarenhas Sant’Agostino e dos Conselheiros Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente da CPRM, Fernando Antônio Freitas Lins, Geraldo Medeiros de Moraes e Cássio Roberto da Silva. Atuou como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, chefe da Secretaria Geral – SEGER. Também participaram da reunião: o Diretor de Geologia e Recursos Minerais – DGM, Marcio José Remédio, o Analista em Geociências da SEGER Cristiano Jorge André e os membros do Comitê de Auditoria (COAUD) Roberto Rocha Gomes e Palmiro Franco Capone. O Presidente do Conselho, Alexandre Vidigal, deu início à reunião, tendo como pauta: **i. Apresentação do Diretor de Geologia e Recursos Minerais - DGM.** O Diretor de Geologia de Recursos Minerais – DGM, Marcio José Remédio, ministrou a palestra intitulada “Conhecimento Geológico e o Setor Mineral Brasileiro: contribuição histórica, atual e visão de futuro do SGB-CPRM”, onde destacou: 1) Fases do Mapeamento Geológico no SGB-CPRM: a) Fase histórica (1969-1993) – Projetos pioneiros, em geral em parceria com o DNPM, atual ANM, nos quais a cartografia geológica era realizada visando reconhecimento regional e/ou como suporte a projetos de pesquisa mineral; b) Fase PLGB (1994-2002) – implantação do Programa de Levantamentos Geológicos Básicos, como mapeamento geológico sistemático no corte de folhas cartográficas; e c) Fase SIG (2003-2019) – suporte tecnológico mais avançado, marcado pela implementação de geotecnologias. 2) Distribuição das áreas mapeadas na escala 1:250.000, durante as diferentes fases de mapeamento. 3) Distribuição das áreas mapeadas na escala 1:100.000, durante as diferentes fases de mapeamento. 4) Aerogeofísica – Magnetometria e Gamaespectrometria como os principais métodos de aquisição em levantamentos Aerogeofísicos no SGB/CPRM. 5) A importância da aerogeofísica na pesquisa de recursos minerais. 6) Entre 1971 e 2001 foram executados 48 projetos Aerogeofísicos, na forma de levantamentos regionais, com espaçamento nas linhas de vôo de 1 a 2 km e altura de voo de 150 m, sobrevoando-se uma área de 2.413.323 km² (cerca de 66% do embasamento cristalino). 7) A partir de 2004 foram executados 72 projetos Aerogeofísicos, com levantamentos de alta resolução, espaçamento entre as linhas de voo de 500m e altura de 100 m, sobrevoando-se cerca de 3.726.364 km² (cerca de 92% do embasamento cristalino). 8) Como a geofísica está se tornando uma ferramenta cada vez mais importante com o crescimento gradual da profundidade das descobertas ao longo do tempo. 9) A Aerogeofísica em termos mundiais – Países onde a mineração possui alto impacto na economia investem substancialmente em levantamentos Aerogeofísicos em escala nacional. 10) Levantamentos geoquímicos prospectivos – para obtenção de dados voltados para a prospecção, realizados em províncias / distrito minerais e projetos temáticos estratégicos, além de fornecer um panorama geoquímico nas áreas selecionadas para mapeamento geológico. 11) Levantamentos geoquímicos em escala regional – para estabelecer valores de background da ocorrência natural dos elementos químicos, reconhecimento das grandes zonas geoquímicas, a identidade de áreas geoquimicamente interessantes, reconhecer locais onde teores naturalmente

elevados de elementos podem ser adversos para a população. 12) Geoquímica – Projetos executados, tendo 62% do território coberto por levantamentos geoquímicos. 13) Projetos atuais – Cenário 1 – As propostas do cenário 1 são aquelas do PPA 2020-2023, na qual os projetos que envolvem cartografia geológica sistemática estão vinculados ao Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral. 14) PLOA 2022 – Ação Levantamentos Geológicos Básicos e Integração Geológica Regional (213Y), proposto R\$ 10 milhões: a) Levantamentos geológicos básicos, R\$ 5 milhões, previsão para 2022 de 63.000 km² em mapas geológicos publicados; b) Integração geológica regional, R\$ 1 milhão, previsão para 2022 de 8.712.711 km² em mapas de integração geológica publicados; c) Gestão de Bases de Dados e Disponibilização do Conhecimento Geológico, R\$ 1 milhão, previsão para 2022 de 48 SIGs/ bases publicada, e conclusão da reestruturação das bases geocientíficas da DGM; e d) Apoio operacional, R\$ 3 milhões. 14.1) Alinhamento da Ação ao Programa Mineração e Desenvolvimento – PMD; 14.2) O Projeto Consistência e Revitalização do Banco de Dados da DGM; 14.3) Ação orçamentária Levantamentos Aerogeofísicos (4872): a) Teve R\$ 0 na LOA 2020 e 2021, estando previstos R\$ 20 milhões na PLOA 2022. b) O projeto aerogeofísico Cachoeira do Curuá, com área de 48.926 km² e 103.105 km lineares, com espaçamento de linhas de voo de 500 m, valor estimado de US\$ 3,7 milhões ou R\$ 20 milhões (câmbio junho 2021), com localização estratégica entre as áreas de Carajás, Tapajós e Juruena-Teles Pires. 15) PPA 2020-2023. 15.1) Geologia Marinha – Programa AREA: PROERG – 305.525 km² e PROCORDILHEIRA – 121.000 km²; e Programa REMPLAC: Plataforma Rasa – 51.000 km², PROFOSFORITA – 6.075 km² e PROJEQUITINHONHA – 3.025 km²; totalizando 162 folhas de 100.000, aproximadamente 490.050 km². 16) PLOA 2022 – Ação Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil (2339), proposto R\$ 14,78 milhões: a) Reavaliação do patrimônio mineral, R\$ 2,15 milhões; b) Estudos metalogenéticos das províncias minerais, R\$ 1,6 milhão; c) Minerais estratégicos, críticos e agrominerais, R\$ 2,59 milhões; d) Rochas e minerais industriais, R\$ 1,09 milhão; e) Levantamentos geoquímicos, R\$ 3,3 milhões; e f) Apoio operacional, R\$ 4 milhões; totalizando R\$ 14,78 milhões. 17) PPA 2020-2023 – Minerais Estratégicos, Críticos e Agrominerais: Projetos – Lítio, Grafita, Cobalto, Urânio, Cobre, Potássio, Fosfato, Agrominerais. 17.1) Ouro – Província Mineral do Tapajós e leste da Província Juruena-Teles Pires; 17.2) Projeto ouro Brasil – Avaliação em escala nacional; 17.3) Rochas e Minerais Industriais. 18) Patrimônio Mineral – 332 direitos minerários; 30 projetos; trabalhos de exploração realizados entre as décadas de 70 a 90; projetos com relatório final de pesquisa mineral aprovados pela ANM; reavaliação e certificação de acordo com os atuais códigos internacionais para avaliação de recursos e reservas minerais; parceria com o Ministério da Economia através do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) em projetos com prioridade nacional para investimentos privados. 19) Patrimônio Mineral – Parceria CPRM & PPI: a) 8 projetos incluídos no PPI – a.1. Zinco/Cobre/Chumbo Palmeirópolis (out/19); a.2. Fosfato Miriri (jun/21); a.3. Cobre Bom Jardim; a.4. Caulim Rio Capim (nov/21); a.5. Diamante Santo Inácio; a.6. Calcário Aveiro; a.7. Gipsita Rio Cupari (final/21); e a.8. Carvão Candiota. b) 3 projetos serão incluídos em 2021: b.1. Ouro Natividade; b.2. Níquel Morro do Engenho (2021/2022); e c) Níquel Santa Fé. 20) Plataforma para o Planejamento da Pesquisa e Produção Mineral – PPPM: 20.1) Principais ações executadas na PPPM: - elaboração do plano diretor; - alinhamento com entidades parceiras (ANM, IBGE, IBRAM, EPL); -elaboração de Acordo de Cooperação Técnica SGB / ANM; - elaboração de protótipo I (EXPOSIBRAM 2020); - elaboração de protótipo II (PDAC 2020); - constituição e estruturação de base de dados de projetos de exploração mineral; - alinhamento com instituições apoiadoras para desenvolvimento do sistema; - apresentação da Plataforma no e-Mineração 2020; e – elaboração do protótipo III (Simexmin 2021). 20.2) Etapas e Fases de Trabalho. 21) Acordo de Cooperação Técnica MME-CPRM-ANM. Tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas para promover a integração entre os partícipes no desempenho de suas atividades e competências – 21.1) Plataforma para o Planejamento da Pesquisa e Produção Mineral (PPPM); 21.2) Integração e desenvolvimento das bases de dados geocientíficos; 21.3) Compartilhamento de infraestrutura tecnológica e plataforma científica; e 21.4) Projeto Conceitual para preservação dos materiais geológicos pertencentes à União. 22) Catálogo de Produtos – 2020. Por fim, o Diretor da DGM abordou o histórico e as atividades desenvolvidas no âmbito do contrato firmado entre a CPRM e a *International Seabed Authority – ISA*. Os membros do Conselho de Administração agradeceram e parabenizaram o Diretor da DGM, Márcio Remédio, pela apresentação e pelo trabalho que vêm sendo desenvolvido. O Presidente Alexandre Vidigal sugeriu que, tendo em vista o fato de todos os levantamentos Aerogeofísicos dependerem de autorização da Força Aérea Brasileira – FAB, seja buscada uma aproximação com a FAB para que a CPRM e a ANM sejam informadas das autorizações concedidas. O Conselheiro Cássio Roberto comentou que o orçamento para os Levantamentos Geológicos Básicos

(incluindo Geofísica e Geoquímica) e Pesquisa Mineral, estão insuficientes para o cumprimento da missão da empresa. Enfatiza que o SGB tem capacidade operacional, caso tenha recursos, de aumentar sensivelmente o conhecimento geológico do país, para propiciar novos descobrimentos de depósitos minerais, estudos hidrológicos, bem como, a segurança em relação aos desastres naturais, planejamento e ordenamento do território brasileiro. Em vista disso, atualmente é necessário desenvolver projetos conjuntos com a iniciativa privada na área de Pesquisa e Desenvolvimento, mas alerta para se ter cuidado para não comprometer as atividades institucionais do SGB. O Conselheiro Esteves Colnago, Diretor-Presidente da CPRM, informou ser a DGM uma Diretoria que demandaria um maior aporte de recursos, e que a CPRM fez um esforço junto ao Congresso Nacional, tendo um sucesso inicial na sub-relatoria de Minas & Energia, mas que as emendas resultantes deste esforço acabaram sendo vetadas. Segundo Esteves Colnago, a CPRM também está buscando alternativas envolvendo Governos Estaduais, onde ela entraria com o *know-how* e o Governo Estadual com o apoio político, e que o BNDES teria recursos para alavancar estas iniciativas, já tendo sido iniciados entendimentos com os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. A Conselheira Lilia Mascarenhas comentou estarem trabalhando na SGM/MME em um Acordo de Cooperação com o BNDES e sugeriu que o Diretor Márcio Remédio fizesse contato para se buscar uma convergência de interesses. O Conselheiro Fernando Lins, após parabenizar o Diretor Marcio Remédio pela apresentação, fez alguns comentários e sugestões: - o futuro Balanço Social que o SGB/CPRM considera elaborar deixará mais claro para a sociedade o retorno positivo que o investimento público no SGB/CPRM resulta para o País e o que, por outro lado, deixa de trazer por ter um orçamento anual de apenas R\$ 10 milhões para a Ação Levantamentos Geológicos Básicos; - sugeriu a publicação, em linguagem acessível, de um estudo com as projeções no tempo do atingimento de metas de mapeamento geológico básico, nas escalas adequadas, em função de alguns cenários de orçamento anual, estimando também a perda de oportunidades de geração de riquezas nos cenários de baixo investimento; - sugeriu uma maior aproximação com a Finep/MCTI para o financiamento de projetos de P&D, além do BNDES, já em andamento; - sugeriu uma parceria com a ANM para esta apoiar alguns projetos do SGB, ressaltando que a ANM recolhe mais taxas das empresas quando estas fazem mais requerimentos com base nas informações geocientíficas disponibilizadas pelo SGB/CPRM; - considerou importantes as iniciativas mencionadas de aproximação com alguns Estados; e - sugeriu a consolidação de uma bancada parlamentar informal de apoiadores do SGB/CPRM, o que pode ser relevante para obter apoio no Congresso para aumentar o seu orçamento. O membro do COAUD Palmiro Capone lembrou que de 2004 a 2014 o MME destinou recursos robustos para o levantamento geológico, tendo sido utilizadas parcerias com as Universidades, e perguntou ao Diretor da DGM se tal movimento havia sido positivo. Marcio Remédio respondeu que tal programa foi muito bom, porém houveram problemas de gerenciamento, que levaram a grandes atrasos em alguns dos mapas daquela época. Segundo o Presidente Alexandre Vidigal, a Câmara dos Deputados estruturou um grupo de trabalho para discutir o Código de Mineração e que seria importante a CPRM se inserir nesta discussão no que tange à geologia. O Diretor da DGM respondeu que a Assessoria Parlamentar da CPRM já estaria acompanhando o assunto. O Presidente Alexandre Vidigal, em nome do Conselho de Administração agradeceu mais uma vez ao Diretor Marcio Remédio pela excelente apresentação. Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do Conselho encerrou a reunião às 12:30 horas, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata.

ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA

Presidente

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO

Conselheira

ESTEVES PEDRO COLNAGO

Conselheiro

FERNANDO ANTONIO FREITAS LINS

Conselheiro

CASSIO ROBERTO DA SILVA

Conselheiro

GERALDO MEDEIROS DE MORAIS

Conselheiro

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR

Secretário



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVES PEDRO COLNAGO, Diretor-Presidente**, em 02/08/2021, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIO ROBERTO DA SILVA, Membro do Conselho de Administração**, em 02/08/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO MEDEIROS DE MORAIS, Membro do Conselho de Administração**, em 02/08/2021, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO FREITAS LINS, Membro do Conselho de Administração**, em 02/08/2021, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BATISTA DE V. DIAS JUNIOR, Chefe da Secretaria Geral**, em 05/08/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINHO, Membro do Conselho de Administração**, em 06/08/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cprm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0577893** e o código CRC **9D991DB4**.